

The council launches new rules for tax free paper

The Brazilian National Council of Economic Policy (Confaz) is launching a new version of its program to stop duty-free paper misuse. The Exempt Paper Operations Registration and Control System (Recopi) is set to start taking effect next September, replacing the previous version, which was suspended last May after the Brazilian Book Chamber (CBL) contested it in court. Sources told PPI Latin America that the new version of the project has been drafted with a special attention to any legal loopholes, in order to prevent another attempt to challenge its constitutional basis. "I'm not sure why CBL contested the earlier version in the first place. The Recopi is not rocket science.

Let's hope this time it works," a source commented. By September, any paper company that intends on taking advantage of the tax exemptions in the Brazilian states of Goiás, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina and the Federal District will have to be registered in the program. The exemption applies exclusively to paper used to print books, magazines and newspapers. "All the companies that work with paper are already part of a federal database.

Now, within 24 hours of every transaction, the company will have to declare it on this new program. We believe this will tighten the strap around the frauds committed against the federal government," said Thiago Oliveira, a partner in the consulting firm MPO, which specializes in the matter.

According to estimates of the Brazilian pulp and paper assn (Bracelpa), last year 700,000 tonnes of paper declared as duty-free were used for purposes other than editorial or educational. The organization is currently conducting a campaign among companies from the European Union, the USA and Asia, who export to Brazil, as well as among consumers of paper products, to educate them on the matter and alert them to the risks of participating, directly or indirectly, in an illegal market. In São Paulo state, where the Recopi registration has been active for the last three years, the federal government has already distributed over Real 300 million in fines due to irregular paper trades.*



TRADUÇÃO

www.mpoconsultoria.com.br

O Conselho lança novas regras para papel livre de impostos

O Conselho Nacional de Política Econômica (Confaz) está lançando uma nova versão do seu programa para parar o mau uso de papel imune. O Registro de Operações de papel Isento de Controle (Recopi) está definido para começar a tomar efeito em Setembro próximo, substituindo a versão anterior, que foi suspensa em Maio passado, após a Câmara Brasileira do Livro (CBL) contestar no tribunal. Fontes disseram à PPI América Latina que a nova versão do projeto foi elaborada com uma atenção especial para eventuais lacunas legais, a fim de evitar outra tentativa de desafiar a sua base constitucional. "Eu não sei por que a CBL contestou a versão anterior em primeiro lugar. O Recopi não é ciência de foguetes. Vamos esperar que desta vez ele funcione", uma fonte comentou.

Até setembro, qualquer empresa de papel que tem a intenção de aproveitar as isenções fiscais nos estados brasileiros de Goiás, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Distrito Federal terão de ser registradas no programa. A isenção aplica-se exclusivamente ao papel usado para imprimir livros, revistas e jornais. "Todas as empresas que trabalham com papel já fazem parte de um banco de dados federal.

Agora, após 24 horas de cada operação, a empresa terá que declará-lo sobre este novo programa. Acreditamos que isso vai apertar a cerco em torno das fraudes cometidas contra o governo federal", disse Thiago Oliveira, um dos sócios da MPO Consultoria, que é especializada no assunto.

De acordo com estimativas da Associação Brasileira de papel e celulose (Bracelpa), no último ano 700 mil toneladas de papel declarado como livre de impostos foram utilizados para fins diferentes do editorial ou educacional. A organização está a realizar um campanha entre as empresas da União Europeia, EUA e Ásia, que exportam para o Brasil, bem como entre os consumidores de produtos de papel, para os educar sobre o assunto e alertá-los para os riscos de participar, direta ou indiretamente, em um mercado ilegal. No estado de São Paulo, onde o registro Recopi esta ativo nos últimos três anos, o governo federal já distribuiu mais de 300 milhões de reais em multas, devido ao comércio de papel irregulares.

